

# DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO

Allain Wilham Silva Oliveira<sup>1</sup>  
Aline Luciana de Freitas  
Aline Torres de Azevedo Chagas

Ana Paula Coelho Resende Andrade

Ana Raquel Vidal

André Diniz

Carla Ladeira

Bruna Delgado

Christiane Goulart

Clarice Cesário<sup>2</sup>

## **I) Desafios**

A prática docente, como Professor de Geografia no Colégio da Aplicação da Universidade Federal de Viçosa do ensino médio, “que é de certa forma frustrante”, nos levou a uma série de indagações que resultaram neste trabalho; um relato de experiências com análise do cotidiano escolar. Na verdade, é um relato de um momento frutuoso, que permite refletir sobre a prática e propor avanços, bem como compreender a realidade que nos cerca e visualizar as perspectivas que esta realidade nos permite para superá-la ou minimizar seus efeitos no nosso dia-a-dia.

Nas últimas décadas do século passado, a crise do Estado brasileiro, a inflação, a crise fiscal, a incapacidade de crescimento e a perda de capacidade de utilização dos instrumentos macroeconômicos foram alguns traços da crise que decompôs a capacidade técnico-administrativa que permitiria ao governo operar com alguma eficiência. Sendo assim, neste contexto histórico, foi paulatinamente transformada a antiga lógica das políticas públicas, que deixava seus arcabouços técnicos do passado e passava rapidamente a recolher os impulsos liberalizantes, tidos como “descentralizadores e participativos” dos anos mais recentes, em decorrência do esgotamento do modelo desenvolvimentista implantado nas décadas anteriores.

---

<sup>1</sup> Professor orientador. E-mail: allain@ufv.br. Instituição: Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa

<sup>2</sup> Alunos do Projeto

Ao mesmo tempo em que o processo de descentralização do Estado, impulsionado pela ideologia neoliberal, transferiu paulatinamente um conjunto significativo de atribuições de gestão aos planos estadual e municipal de governo, a descentralização foi se constituindo em um princípio ordenador de reformas do setor público e entendido como uma dimensão essencial da democratização. Ao mesmo tempo em que perdeu poder no âmbito econômico, o Estado conservou boa parte da sua capacidade reguladora, passando a ser um Estado “atuante”, um ator estratégico que se relaciona com instituições supranacionais, regionais e locais de diferentes tipos.

Neste amplo contexto de mudanças e em função dos novos papéis do Estado, a educação brasileira passou por uma série de reformas implantadas pelo governo FHC, que buscava a adequação da educação a esta nova realidade, exigindo a presença de um novo trabalhador que se adequasse às exigências das mudanças no paradigma de acumulação (Quadro 1) e impondo ao mundo do trabalho uma regulamentação em que a ciência, a tecnologia e a informação fossem fundamentais, pós-fordista. A escola brasileira ainda se encontra neste momento de adequação a esta série de mudanças advindas destas transformações, como a LDB e os PCNS.

Quadro 1 – Mudanças no paradigma de acumulação capitalista

<b>Fordismo</b>	<b>Pós-Fordismo</b>
Crescimento econômico extensivo com o aumento do consumo de massas	Crescimento econômico seletivo com diversificação do consumo
Economia de escala (padronização e produção em grandes quantidades)	Flexibilidade da produção ganha na diversidade de produto (escopo)
Competitividade baseada em abundância de recursos naturais, baixo custo da mão-de-obra e limitado controle ambiental.	Competitividade baseada em tecnologia, conhecimento, informação e recursos humanos qualificados e no controle ambiental.
Estado do bem-estar e interventor com gerência burocrática e crescente participação no PIB e no investimento social	Novas institucionalidades, reorientação do papel de Estado para a regulação e administração por resultados (Terceiro setor)
Aumento da produtividade, dos salários (participação na renda nacional), emprego	Aumento da produtividade e da qualidade, com mudanças das relações de trabalho e redução do emprego formal e do trabalho no valor do produto
Dinamização da base industrial e do consumo de bens industrializados de massa	Crescimento de novos segmentos e setores, especialmente terciário, serviços públicos e

consumo de bens industrializados de massa	quaternários (serviços ambientais)
-------------------------------------------	------------------------------------

Fonte: BUARQUE (2002:18).

A educação básica, que corresponde ao ensino fundamental e médio, tem por finalidade “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Artigo 22, LDB 9394/96), sendo que no ensino médio a função de progredir em estudos posteriores lhe é própria, ou seja, o Estado brasileiro reconhece o dever de se ter uma educação média propedêutica que, além de preparar para o trabalho, seja responsável por garantir o acesso e a permanência do educando no nível superior, preparando-o para, de certa forma, realizar com êxito as provas de seleção para ingresso neste nível de educação ( vestibulares).

Além desta preparação para uma educação continuada em outro nível de ensino, cabe ainda ao ensino médio uma preparação para um mundo de trabalho cada vez mais qualificado que, na maioria das vezes, exige uma qualificação em outro nível de ensino e a preparação para a cidadania. Estes desafios aqui apresentados são grandes para a escola e necessários para a formação dos jovens brasileiros que estão integrados à educação formal<sup>3</sup>, como é relatado no documento do MEC “Subsídios para uma reflexão sobre o Ensino Médio”.

“O retrato socioeconômico da juventude brasileira exige que a educação média atenda a uma dupla necessidade: direito a uma formação humanística geral de qualidade e acesso a conhecimentos humanísticos e específicos que viabilizem a continuidade dos estudos e o ingresso na vida produtiva”. (LODI, 2004:9).

Assim, o professor de ensino médio, no seu cotidiano, tem de lidar, pelo menos teoricamente, com diversas funções que por vezes se tornam antagônicas. Como preparar um jovem para o mercado de trabalho altamente tecnológico? Preparar para o mercado significa propor que ele continue seus estudos? Como então prepará-lo para a gama de conteúdos cobrados nas mais diversas universidades brasileiras que passam por uma análise de erosão e entendimentos complexos de análise espacial de políticas dos Estados? Será democrático, ou por não dizer justo, não fornecer um ensino propedêutico a um jovem trabalhador para que este dispute um vestibular nas conceituadas universidades públicas

---

<sup>3</sup> UNESCO 11/2004: Dos jovens brasileiros de 15 a 24 anos 48,6% freqüentam escola; 30,3% só estudam; 31,2% só trabalham; 18,2% trabalham e estudam; 20,3% não trabalham nem estudam (pertencem às famílias mais pobres); 29,2% cursam o ensino médio ou superior; 5,3% são analfabetos.. Assim, 58% dos entrevistados com idade entre 18 e 20 anos não estudam mais.

brasileiras? Ainda cabe perguntar: Será que temos de prepará-los para a cidadania, mundo do trabalho e a continuação de seus estudos?

Além das questões acima, convivemos com os problemas crônicos das escolas, que são a falta das menores infra-estruturas para a realização de trabalho e a falta de incentivo profissional, como qualificação e salários. Podemos então falar em uma crise no ensino médio que tem como sintomas claros a discussão da questão de reservas de vagas, programas de bolsa para alunos de escolas públicas em universidades particulares ou os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Uma das normas que procuram reger as disciplinas ministradas no ensino médio é o Parâmetro Curricular Nacional do Ensino Médio (PCN), que define a Geografia como “a ciência “do presente” que contribui para pensar e espaço, enquanto uma totalidade na qual passam todas as relações cotidianas”( PCNs, 2002: 308); logo, uma ciência de amplas possibilidades com o objetivo de se pensar uma totalidade das relações cotidianas. Esse mesmo documento traz a diferenciação do ensino médio para os outros níveis de educação, como o ensino fundamental, cuja função é a de alfabetizar.

No ensino médio que não deve ser compreendido como uma graduação reduzida, deve-se construir competências que permitam a análise do real, revelando as causas e efeitos, a intensidade, a heterogeneidade e o contexto espacial dos fenômenos que configuram cada sociedade (PCNs, 2002:311). O documento ainda traz competências e habilidades a serem desenvolvidas em Geografia que são divididas em três eixos: representação e comunicação, investigação e compreensão e contextualização sociocultural, que de certa forma dão uma cientificidade ao ensino médio e permitem articular transversalmente e horizontalmente o conteúdo.

Os conceitos ou conhecimentos estruturantes trabalham com os conceitos produzidos pelo grande geógrafo professor Milton Santos, em uma linha de geografia crítica, com perspectiva estruturalista, cujo gerador deste conhecimento no ensino médio a ser compreendido, apreendido e investigado é o espaço geográfico e as categorias que se correlacionam com o objeto de estudo central, ou seja: paisagem, lugar, território, articulação de escala e técnica e redes.

“Uma segunda apreciação sobre os conceitos estruturantes do documento leva à reflexão sobre a tendência teórica adotada. Ela se baseia, ao eleger o espaço geográfico como conceito norteador dos demais conceitos, em uma concepção de Geografia que se consolidou no Brasil pela corrente estabelecida pelo pensamento de Milton Santos. Não é demérito nenhum se orientar por tal perspectiva; no entanto, arrisca-se esquecer a sociedade como objeto de estudo da Geografia ao se privilegiar forma, função,

estrutura e processo, elementos fundamentais para a leitura do espaço geográfico, segundo essa perspectiva.(Sposito, 2004 ;337):

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, então, definem categorias de forma ampla, baseados em um autor, dentro de uma escola de pensamento da geografia, o que torna complexo ou difícil a realização de exames nacionais de avaliação do ensino médio, como o ENEM, ou mesmo pensar em algum tipo de avaliação mais democrática, de acesso às universidades públicas alternativas, aos vestibulares. Estas categorias não significam em si uma forma única de se trabalhar no cotidiano da escola em todos os territórios de uma cidade, quanto mais de um país como o Brasil, repleto de contrastes e contradições.

Exemplificando melhor: ao ser avaliado para se matricular na USP, um jovem de uma metrópole que estude no mais renomado colégio tem o mesmo referencial de cobrança que um mesmo jovem desta metrópole, trabalhador e que estude no turno noturno na periferia, ou de um estudante de qualquer escola rural do Estado de São Paulo. O que se observa atualmente é que os três são cobrados pela referência curricular da melhor escola. Desta forma, se possuíssemos um currículo mínimo com conteúdos a serem trabalhados poderíamos hoje não estar pensando em leis de cotas; lógico que a crise do ensino não se resume a uma crise de currículo ou de conteúdo, mas que é um elemento importante neste contexto não resta dúvida.

Mais uma frustração é a organização do conteúdo em uma grade curricular, necessária ao funcionamento da escola, de vital importância para o serviço técnico da escola, para o professor, para o aluno e para sua família, que procura acompanhar o andamento do trabalho escolar, pois logo aparece a indústria editorial com conteúdos adequados por série e críticos articulando as categoriais eleitas pelos PCNs. Temos mais indagações sobre o livro didático: Será que eles fazem o currículo mínimo nacional? Será que eles são o currículo nacional?

Estas perguntas trazem ao ambiente escolar um outro desafio para o ensino de Geografia, disciplina que na escola muitas vezes é tratada como algo supervacâneo ou como a disciplina de uma ótima cultura geral, do sabe tudo, de rocha a política, ou, ainda, a disciplina da atualidade, que estuda todos os conflitos mundiais.

Como então superar a idéia de uma disciplina síntese, que produz espetáculos, necessária para se comentar e entender os telejornais ou as revistas eletrônicas? Para se firmar como uma ciência que possui métodos, conceitos e uma produção acadêmica, uma ciência que interpreta e ajuda a produção deste mundo técnico-científico e informacional

como é o próprio espaço geográfico? Mais indagações, mas não mais frustrações, pois é neste espaço da realidade escolar que podemos construir as possibilidades.

O Colégio de Aplicação da UFV – COLUNI, onde exerço minha prática docente e onde foi desenvolvido este projeto, foi criado em 26 de março de 1965 como Colégio Universitário, por decisão do Conselho Universitário da UREMG, com ratificação no Decreto Estadual nº 8.484, de 14 de julho de 1965, iniciando suas atividades em 1966. A regularização de suas atividades se deu pela Portaria nº 85, de 26 de outubro de 1981, da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus, do MEC. Transformou-se em Colégio de Aplicação na 367ª reunião do CEPE, em 6 de março de 2001, proporcionando à comunidade ensino médio de alto nível e a preparação de professores, além de realizar pesquisas e extensão universitária.

Poderíamos dizer que, como colégio de aplicação, o COLUNI desenvolve uma práxis pedagógica de qualidade, que pode ser, em alguma medida, compartilhada, co-participada com os diferentes níveis e redes de ensino. Mas o colégio apenas recentemente foi transformado em escola de aplicação, o que para nós ainda é um desafio e uma aprendizagem diária.

O colégio possui apenas o nível médio de ensino, com 480 alunos selecionados por um exame de seleção. Ao se tornarem alunos da escola, estes se integram completamente à vida universitária, sendo que metade deles não é de Viçosa e moram nas repúblicas e pensões da cidade. Outro desafio para nós, professores da escola é que estes alunos, na sua maioria, são oriundos de classe média baixa e suas famílias buscam a ascensão social por meio de seus estudos, tendo, portanto, que receber um excelente ensino propedêutico para passar pelo crivo dos vestibulares das universidades públicas.

Na área de geografia, procuramos ministrar um curso com qualidade e de uma forma simplificada, dividindo o conteúdo da seguinte forma: 1ª série - formação do mundo contemporâneo e cartografia; 2ª série - espaço mundial e na 3ª série - espaço brasileiro. Em momento algum é feita uma preparação específica para vestibular, com revisão, simulados ou apostilas. Somos três professores, além de termos monitores, estagiários e bolsistas que auxiliam no trabalho.

## **II) Possibilidades**

Durante as discussões sobre a construção do calendário escolar de 2004, percebeu-se a necessidade de um espaço para a divulgação dos trabalhos desenvolvidos na escola. Assim surgiu a idéia de uma feira de conhecimento, cujo objetivo era propiciar aos alunos um espaço de exposição de trabalhos construídos a partir de uma experiência, da

autonomia, da pesquisa, da sociabilidade entre os alunos e da integração dos diversos campos do saber.

Participaram também deste evento os docentes do COLUNI, com relatos de experiências em sala de aula, apresentação de trabalhos e de projetos da comunidade acadêmica da UFV e da cidade de Viçosa, tornando-se, portanto, um espaço de divulgação científica e de extensão dos trabalhos realizados no Colégio de Aplicação.

Para a realização deste evento, os trabalhos foram divididos em temas geradores: - a 1ª série trabalhou com a cobertura jornalística; divulgação, cobertura do evento, publicações em jornais e CD-ROM; para a 2ª série o tema proposto foi corpo e conhecimento; e para a 3ª série o tema foi ciências e artes - a influência da transição do séc XIX no séc XX. Dentro destes temas geradores foram construídos outros, com as mais variáveis possibilidades, abrangendo todas as áreas do conhecimento.

Neste contexto, nasceu a possibilidade de se realizar este projeto de pesquisa, tendo como base as influências da ferrovia no espaço urbano da cidade de Viçosa no final do séc XIX e início do séc XX e suas influências atuais. Descrevo abaixo o relato final realizado pelos alunos, conforme me foi entregue.

Título: “Estrada de Ferro Leopoldina - Passado e presente. Uma rugosidade no espaço urbano”.

#### A) Introdução

Este é um trabalho desenvolvido pelos alunos da 3ª terceira série A do COLUNI e orientado pelo professor Allain Wilham.

O tema abordado pelo grupo é: “Estrada de Ferro Leopoldina – Passado e Presente”.

Este trabalho tem por finalidade analisar o espaço da ferrovia na cidade de Viçosa e região, pontuando dados históricos e geográficos a fim de avaliar a importância dessa estrada de ferro para a região no passado e no presente.

O trabalho foi realizado com o objetivo de analisar e apresentar as relações entre a linha férrea e o espaço urbano de Viçosa, bem como compreender os impactos causados no passado e no presente com a implantação e posterior desativação da EFL em nossa região.

As pesquisas começaram tendo por ferramenta a internet, na qual foi encontrada a página [www.estacaoferroviaria.com.br](http://www.estacaoferroviaria.com.br), que foi uma grande fonte de informações a respeito das estações e da situação atual das mesmas, como serviu também para a coleta de fotografias para a ilustração do trabalho.



A primeira pesquisa de campo foi realizada nos dias 26 e 27 de julho, nas cidades de São Geraldo e Visconde do Rio Branco. Foram visitados o Museu Municipal de Visconde do Rio Branco e o Centro Cultural de São Geraldo, tendo por colaboradoras as senhoras Sandra M. Gusmão Diniz e Dalva de Oliveira, respectivamente. Nesses locais foram colhidas fotografias de várias peças, quadros fotográficos de temas ferroviários e informações sobre a relação entre a EFL e as cidades citadas.

No início de agosto foi realizada uma pesquisa no Jornal Folha da Mata, no qual foi constatado pouco volume de informações.

Na Secretaria Cultural de Viçosa foram coletados dados que tratam do tombamento histórico das estações de Viçosa e Silvestre. Tais documentos nos ofereceram um pouco mais da história de Viçosa, plantas das estações e mapas do trajeto da linha férrea. No dia 15 de agosto a equipe realizou o principal de seus trabalhos, foi o segundo trabalho de campo e dele confirmamos muito daquilo que havíamos apenas lido. O trabalho consistiu em uma caminhada desde a estação da UFV até a estação de Silvestre, seguindo a linha do trem. O percurso foi concluído em quatro horas (de 7:30 às 11:30 horas), período no qual tiramos fotografias, entrevistamos cidadãos e observamos o espaço urbano de Viçosa, que é cortado pela linha férrea.

As fotos são resultados da pesquisa. O intuito desse acervo é ilustrar o objeto de nosso estudo, a Estrada de Ferro Leopoldina.

O último trabalho de campo foi realizado no dia 22 de agosto, quando foi entrevistado o senhor José Onofre, que mora ao lado da estação de Silvestre e foi funcionário da RFFSA por mais de vinte anos. Esta foi a principal entrevista do nosso trabalho devido à autoridade que o entrevistado representa quanto ao tema por nós desenvolvido. Durante as reuniões, o grupo se propôs a organizar as informações recolhidas e selecioná-las e confeccionar cartazes com as fotos coletadas a fim de realizar a exposição iconográfica da pesquisa.

As primeiras ferrovias foram construídas na Inglaterra e só chegaram ao Brasil na segunda metade do século XIX. Segundo um documento da RFFSA, a EFL tem seu nome relacionado à cidade mineira de Leopoldina, que seria seu ponto final.

O trânsito existente na EFL já foi comandado por diferentes empresas. A primeira foi a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, com integração do capital brasileiro e inglês. Depois de uma série de dificuldades causadas pela queda nos preços do café, a Cia. EFL foi liquidada, e por volta de 1989 foi criada a “The Leopoldina Railway Limited”, registrada em Londres nas conformidades das leis inglesas sobre sociedades anônimas.



Durante a administração inglesa, o progresso da EFL foi freado e sua capacidade de tráfego reduzida. Tal situação perdurou até a década de 50, quando em 1957 foi criada a Rede Ferroviária Federal S.A.

Já incorporada pela Rede Ferroviária Federal, a EFL deveria adequar-se às diretrizes da empresa estatal. A rede projetou-se como uma solução para o transporte de carga pesada a longa distância, desenvolvendo meios de relacionar as diversas modalidades de transporte, concretizando o transporte intermodal.

A Rede Ferroviária Federal apresentava, por volta da década de 80, cerca de 24.000 km de extensão, seguindo quatro das cinco regiões fisiográficas do país, divididas em sete superintendências regionais e uma divisão espacial. A EFL fazia parte da Superintendência Regional do Rio de Janeiro (SR-3) e transportava principalmente os seguintes produtos:

- Minério de ferro.....40,0%
- Carvão mineral.....11,6%
- Produtos siderúrgicos.....7,2%
- Derivados do petróleo.....10,9%
- Cimento.....7,9%
- Calcário.....4,3%
- Ferragens.....3,6%
- Trigo.....3,4%
- Adubos.....2,6%
- Açúcar.....2,3%
- Soja.....2,1%

Até o momento foram citadas informações de cunho histórico. Entretanto, para avaliarmos a situação atual da EFL em relação à cidade de Viçosa, é necessário basearmos no estudo de geografia e apresentar alguns conceitos utilizados em uma pesquisa geográfica.

- Lugar: estabelece relação cotidiana.
- Território: estabelece relação de poder.
- Paisagem: tudo aquilo que se apreende através dos sentidos.

- Espaço: junção das formas naturais àquelas criadas pelo trabalho humano.

O território onde hoje se localiza a cidade de Viçosa foi povoado no passado devido a uma procura por novas áreas que possibilitassem o abastecimento das regiões mineradoras. A agricultura da região desenvolveu-se com a finalidade de escoar a produção até as regiões consumidoras; logo, foi criada no território a linha férrea.

A partir desse momento, o espaço geográfico viçosense passou a ser profundamente transformado. Exemplo disso é a organização das casas comerciais, dos bancos, dos hotéis e dos outros serviços auxiliares ao redor da estação ferroviária. Tal processo é conhecido por centralização( foto 1).



Foto 1: Região próxima à estação ferroviária de Viçosa onde observamos uma concentração de hotéis, casa bancarias e o comercio tradicional.

A paisagem das cidades cortadas por uma ferrovia possui uma característica peculiar: o traçado das ruas e a localização das residências seguem a linha férrea. Esse fato é extremamente acentuado em cidades do interior. Algumas até foram criadas em função da linha ou dependiam diretamente dela.

Em meio à era do transporte rodoviário, nota-se uma supressão do ferrovianismo e, conseqüentemente, a desativação de inúmeros ramais, como ocorreu em Viçosa e vizinhanças.

Hoje, a maior parte da área pertencente à RFFSA que está abandonada em Viçosa representa um espaço desterritorializado, visto que nele não são seguidas as leis jurídicas e o conceito de propriedade estatal.

É observado um processo de invasão de áreas marginais da linha férrea (foto2). Isso se deve a uma fragilidade da política de moradias populares e à falta de fiscalização nessas áreas.

Outra forma de invasão é a transformação da linha férrea em estacionamentos e depósitos de lixo no centro da cidade (Foto3) e (Foto 4). Mais um exemplo observado em nossa pesquisa de campo é a construção de praças sobre a linha, ou seja, a população viçosense utiliza aquela área da forma que mais convém, buscando complementar os serviços deficitários da região.



Foto2: Ocupação da linha férrea.

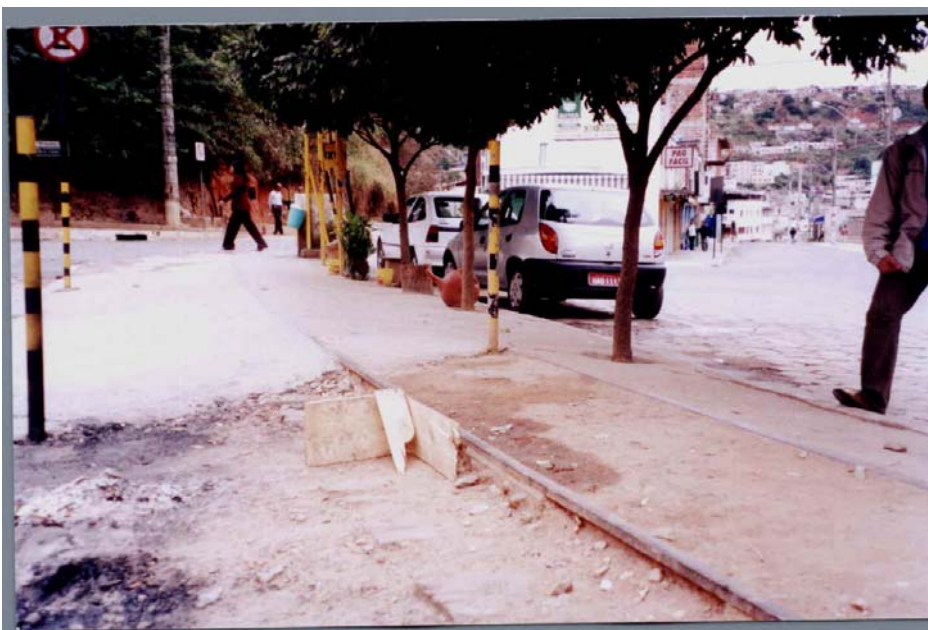


Foto 3: Praça no centro de Viçosa





Foto: Estacionamento no centro próximo a um aparte-hotel.

## B) Conclusão

A partir de dados bibliográficos e da pesquisa de campo, concluímos que a EFL em Viçosa e região sofreu o processo de inércia (não-utilização). Tal processo adquire diversos sentidos de acordo com a região analisada:

- 1- Dentro do campus da UFV (foto 5), o processo inercial da EFL é marcado por seu caráter sentimental. O espaço físico da ferrovia é preservado ainda hoje, representando um ícone cultural que remete um pouco da história da universidade.
- 2- Já no centro da cidade, o processo inercial da linha férrea assume caráter problemático, pois sua presença é totalmente dispensável para o município atualmente. O resultado disso é a já citada invasão da área.
- 3- As estações ferroviárias de Viçosa e Silvestre sofreram há pouco mais de cinco anos um processo inercial benéfico para a população. Ocorreu o tombamento da estação de Viçosa e sua posterior reforma, a qual culminou na construção de uma biblioteca e de um auditório. Esse tipo de inércia, também ocorrida em outras cidades da região, é denominada inércia institucionalizada.



Foto5: Estação no Campus da UFV transformado em espaço cultura ponto de venda da grife universitária.

Considerando as entrevistas realizadas, concluímos que vários entrevistados possuíam pouca ou nenhuma noção a respeito da EFL, reflexo do declínio de sua importância social, política e econômica em seus últimos anos de funcionamento. Entretanto, percebe-se um equilíbrio de opiniões no que tange ao fluxo ferroviário; parte dos entrevistados afirmou que a ferrovia é importante, utilizando-se de argumentos como a eficiência no transporte de cargas pesadas e o baixo custo financeiro. Outros se posicionaram contra a ferrovia, argumentando que a mesma atrapalhava o trânsito e provocava acidentes. Outra parcela dos entrevistados se mostrou indiferente ao assunto.

De forma geral, concluímos que a EFL, em Viçosa, é uma rugosidade no espaço urbano atualmente. Sem desconsiderar sua importância histórica, é preciso ressaltar que essa linha férrea não apresenta função alguma para o desenvolvimento viçosense. Além disso, ela deforma a paisagem do centro da cidade e delimita, nas periferias, uma fronteira social entre ricos e pobres.

Consideramos que a ferrovia é de grande valia para as cidades que necessitam exportar grandes quantidades de carga, como aquelas cujas economias se baseiam na extração de minério e na produção em larga escala, o que não é o caso de Viçosa.

Seria então importante que as áreas por onde a linha férrea se estende fossem cedidas pelo governo federal para a prefeitura municipal, a fim de que seja melhor utilizada, de acordo com as necessidades da população.

Este trabalho foi apresentado em várias seções em um espaço que procurou reproduzir uma estação ferroviária, nas quais foi discutida com os presentes a situação

desse espaço em Viçosa, sendo também avaliado por uma banca composta de três professores: dois do colégio e um do curso de graduação da UFV, que sugeriram novas formas de abordar o tema.

### **Conclusão geral**

Neste projeto apreendi todas as possibilidades de se trabalhar as outras dimensões no ensino médio, como: articular categorias; trabalhar com pesquisas bibliográficas e de campo, ou seja, fugir do mundo virtual e do conhecimento apenas livresco, digo do livro didático ou da Internet ou daquela geografia da FUVEST; e como divulgar resultados científicos. E mais, aprendi a necessidade de se pensar em colocar o nosso ensino médio a serviço da sociedade, da técnica e da informação, o que de certa forma me aliviou um pouco das minhas angústias, porque percebi que os problemas são mais amplos, vão além de mim e da minha sala de aula.<sup>4</sup>

Podemos, sim, falar em uma crise com todas as possibilidades que ela nos traz do ensino médio, especialmente após sua separação do técnico e das novas exigências de qualificação profissional, como nos referenda o documento do MEC.

Diretrizes legais não foram suficientes para sustentar a reforma do Ensino Médio. Em 1988, o MEC divulgou os Parâmetros curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEMs) com o objetivo de difundir os princípios da reforma do ensino em nível médio. Decorridos sete anos, tal reforma não se efetivou em razão de fatores políticos, pedagógicos e operacionais (LODI, 2002:7).

É evidente que as mudanças pelas quais o mundo do trabalho passou, com a exigência de uma maior qualificação, fossem repercutir com mais intensidade no ensino médio, pois este apenas não qualifica para o trabalho e o trabalho apenas não gera riqueza, necessita de uma qualificação técnica; logo, deve-se adequar a sociedade às exigências da educação ou o contrário?

Os professores de ensino médio sabem da grande dificuldade de se trabalhar neste nível de ensino, pois após a criação da LDB e dos PCNs, este ficou encarregado de preparar os alunos para o trabalho, dar seqüência aos estudos (vestibular) e formar a cidadania, tarefa às vezes conflitante ( os professores do ensino médio sabem a que estou me referindo ).

---

<sup>4</sup> Sala de aula: me remeto à complexidade de atores envolvidos na educação em escala local; assim me refiro à universidade, ao departamento de geografia, ao aluno, a sua família, à administração escolar, aos estagiários etc...



Os PCNS do ensino médio pouco ajudam na formulação de uma proposta que possa realmente juntar estas funções, pois este traz apenas categorias a serem trabalhadas, baseadas no trabalho do Professor Milton Santos e não em um conteúdo mínimo que poderia ser trabalhado em diversas correntes de pensamento geográfico com concepções de outros autores.

Para que realmente se pudesse juntar todas as funções do ensino médio, seria necessário um currículo mínimo para o ensino médio, capaz de promover uma real integração entre todo o território nacional e entre todas as classes sociais. O problema, neste nível, não se encontra apenas na escala local (escola, professor, aluno e família), e sim em sua concepção ampla, de seu valor para a sociedade.

Para que não tenhamos apenas momentos frutuosos é preciso navegar, velho chavão, mas oportuno; é preciso se aventurar neste desafio, qual o ensino médio se apresenta para a sociedade brasileira; é preciso repensar sobre este nível de ensino, que é de extrema importância para a melhoria do padrão de vida das novas gerações de brasileiros, bem como para uma melhor inserção do Brasil no mundo. Agradeço aos alunos, pois juntos construímos esta prática .



Alunos da equipe na simulação de estação, onde foi apresentado o trabalho. :

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares nacionais: ensino médio** MEC, SEMTEC, 2002.



BUARQUE, S. C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CORRÊA, Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1977.

KAERCHE, Nestor André. **Desafios e Utopias no Ensino de Geografia**. 2.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. São Paulo: Papitus, 1985.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1966.

LODI, , Lucia Helena. **Subsídios para uma reflexão sobre o Ensino Médio**. MEC, Secretaria de Educação Básica – SEB. 2004

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. SPOSITO, Eliseu Savério. **Orientação curricular o Ensino Médio Geografia**. MEC, Secretaria de Educação Básica – SEB. 2004